

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Enerpeixe S.A. ("Companhia" ou Enerpeixe), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados através do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, dos Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

A Companhia, consciente de sua responsabilidade sócio-ambiental, em 2012 deu continuidade aos seus projetos sociais nas áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental apoiou iniciativas de estudos e conservação do patrimônio natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos naturais dentro da sua área de atuação.

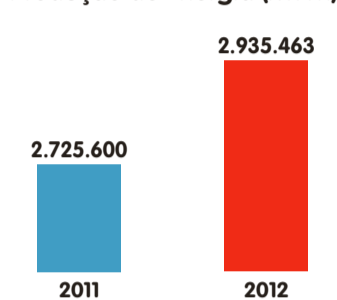
Na procura contínua da excelência, a Companhia no ano de 2012 foi recertificada no seu processo de operação e manutenção a ISO NBR 14001, na valorização do seu contingente de colaboradores a OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, com creditações na UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos) e, INMETRO (Brasil) e na ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção com o escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS.

A Administração da Enerpeixe registra aos seus acionistas e membros do Conselho de Administração um especial agradecimento pelo apoio e confiança. Aos colaboradores, funcionários e prestadores de serviços expressamos nosso reconhecimento por sua dedicação e empenho estendendo também nosso reconhecimento aos clientes, fornecedores, comunidade, poderes constituídos e demais parceiros por suas contribuições.

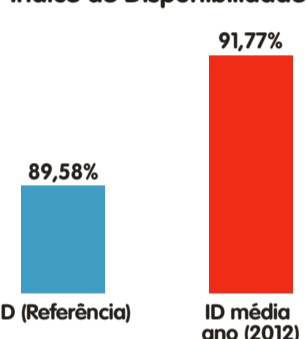
1. Desempenho Operacional

A Companhia opera e mantém a UHE Peixe Angical, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. Em 2012, foi atingido o recorde de geração dos anos de 2006 a 2011 com 2.935.463,4 MWh, aproximadamente 19,14% acima da energia assegurada anual de 2.463.912 MWh. A Usina apresentou um índice de disponibilidade médio anual de 91,77%, fechando o mês de dezembro com uma disponibilidade de 93,10%, bem acima do Índice de Disponibilidade (ID) de referência, que é 89,58%.

Produção de Energia (MWh)



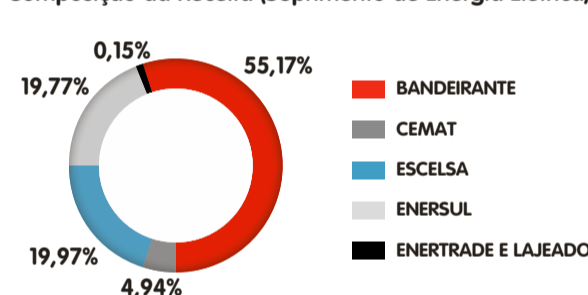
Índice de Disponibilidade



2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Receita Operacional Líquida

Composição da Receita (Suprimento de Energia Elétrica)



BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011 Reclassificado
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	118.623	155.114
Concessionárias	4	47.907	48.093
Impostos e contribuições sociais	5	2.867	2.460
Estoques		473	518
Cauções e depósitos vinculados	9	11.502	1.354
Despesas pagas antecipadamente		364	394
Outros créditos		6.047	5.302
		187.783	213.235
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	34.646	29.468
Cauções e depósitos vinculados	9	42.309	43.915
		76.955	73.383
Imobilizado	10	1.620.906	1.663.807
Intangível	11	120.759	126.079
		1.741.665	1.789.886
Total do ativo		2.006.403	2.076.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro de 2011			
Lucro líquido do exercício			
Destinação do lucro			
Constituição de reserva legal			8.135
Reserva de retenção de lucros			75.519
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			27.049
Dividendos intermediários (JSCP)			(52.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		882.628	1.313.252
Dividendo extraordinário - AGE de 08/10/2012			(120.000)
Lucro líquido do exercício		189.977	189.977
Destinação do lucro			
Constituição de reserva legal			9.499
Reserva de retenção de lucros			78.579
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			27.799
Dividendos intermediários (JSCP)			(74.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		882.628	1.309.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

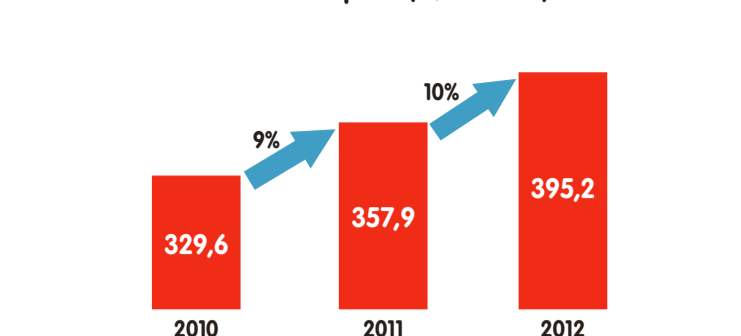
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2012	2011
Receitas			
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(15.601)	(983)
Encargos de uso da rede elétrica		(32.675)	(29.134)
		(48.276)	(30.117)
Custo de operação			
Pessoal		(3.954)	(1.591)
Materiais e serviços de terceiros		(9.178)	(11.895)
Depreciações e amortizações		(49.238)	(48.560)
Outros custos de operação		(1.281)	(1.930)
		(63.651)	(63.976)
		(111.927)	(94.093)
		283.239	263.821
Lucro bruto			
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas		(152)	
Despesas gerais e administrativas		(8.439)	(7.255)
Depreciações e amortizações		(97)	(230)
Taxa de fiscalização		(1.011)	(932)
Compensações financeiras		(14,443)	(12,563)
Outras despesas e receitas operacionais		(114)	(10)
		(24.256)	(20.990)
		258.983	242.831
Resultado antes do resultado financeiro e tributos			
Receitas financeiras		16.343	16.421
Despesas financeiras		(68.237)	(80.255)
		(51.894)	(63.834)
Resultado financeiro			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		207.089	178.997
Imposto de renda e contribuição social correntes		(50.089)	(49.007)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.178	5.664
(-) Incentivo ADA/ADENE		27.799	27.049
		(17.112)	(16.294)
		189.977	162.703
		228,02	195,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Receita Líquida (R\$ milhões)

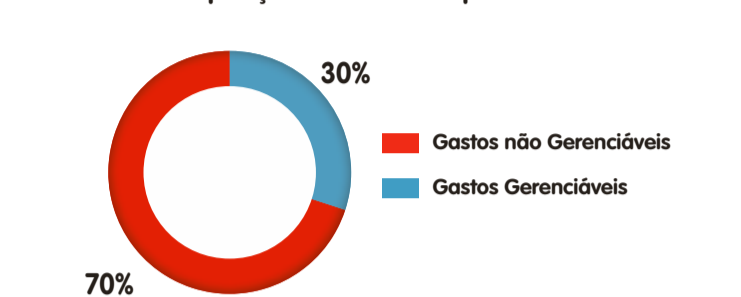


No acumulado do ano, a receita operacional líquida atingiu R\$ 395,2 milhões e apresentou aumento de 10,4%, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Os principais determinantes da evolução da receita líquida no ano foram:

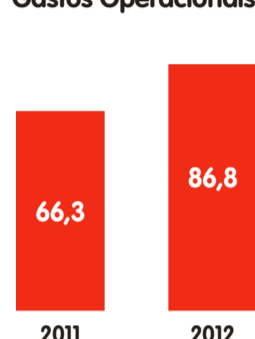
- O volume de energia vendida pela Companhia em 2012 alcançou 2.389.648 MWh, com aumento de 1% em relação a 2011.
- Aumento de R\$ 14 milhões em Energia Elétrica de Curto Prazo devido ao aumento do preço de venda da sobra de energia gerada, decorrente do aumento do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em 2012 (média de R\$ 130,52/MW) comparado a 2011 (média de R\$ 29,63/MW).

2.2. Gastos Operacionais (não inclui depreciação e amortização)

Composição dos Gastos Operacionais



Gastos Operacionais



Os gastos operacionais, desconsiderando depreciações e amortizações, totalizaram R\$ 87 milhões em 2012, que representa um aumento de 31% sobre o mesmo período do ano anterior.

2.2.1 Gastos Não Gerenciáveis

Os gastos não gerenciáveis estão relacionados à compra de energia, encargos de uso da rede elétrica e taxa de fiscalização da ANEEL que, em conjunto, somaram R\$ 63,7 milhões, com incremento de 46% em 2012, com relação ao ano anterior.

Gastos Não Gerenciáveis (R\$ milhões)	2011	2012	Δ	Δ%
Comp. Financ. Utilização Rec. Hídricos (CFURH)	12,6	14,4	1,9	15%
Taxa de Fiscalização	0,9	1	0,1	8%
Energia Elétrica comprada para revenda no Curto Prazo	0,3	15,3	15	-
Energia Elétrica comprada para revenda	0,7	0,3	(0,4)	-56%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	29,1	32,7	3,5	12%
Total	43,6	63,7	20,1	46%

A energia elétrica comprada para revenda no Curto Prazo totalizou R\$ 15,3 milhões. Os encargos de uso da Rede Elétrica apresentaram aumento de 12% no ano de 2012, quando comparado a 2011. Esse aumento decorrente do Contrato do Uso do Sistema de Transmissão reajustado pelo IGP-M e o acréscimo das transmissoras no SIN (Sistema Interligado Nacional).

A compensação financeira teve um acréscimo de 15% em 2012, em razão do crescimento da geração realizada no 1º trimestre de 2012 (+7% em relação ao 1º trimestre de 2011, alcançando 632.308,14 MWh).

2.2.2 Gastos Gerenciáveis

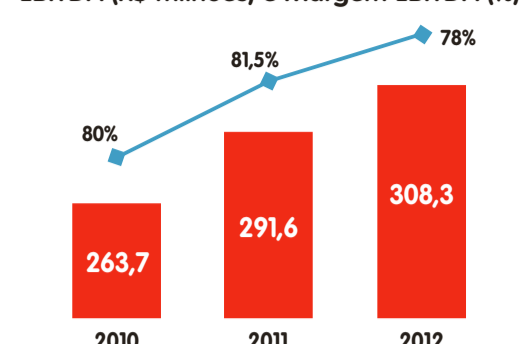
Os gastos gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 23 milhões, com aumento de 4% de 2012 para 2011, enquanto a inflação acumulada ficou em 7,82% (IGP-M) e 5,84% (IPCA). Estes gastos estão relacionados às despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, provisões e outros.

Gastos Gerenciáveis (R\$ milhões)	2011	2012	Δ	Δ%
Pessoal	5,2	7,9	2,7	51%
Material	0,6	1,6	1	164%
Serviços	14,1	11,2	(2,9)	-20%
Outros/Contingências/PDD	2,2	2,3	0,1	7%
Total	22,1	23	0,9	4%

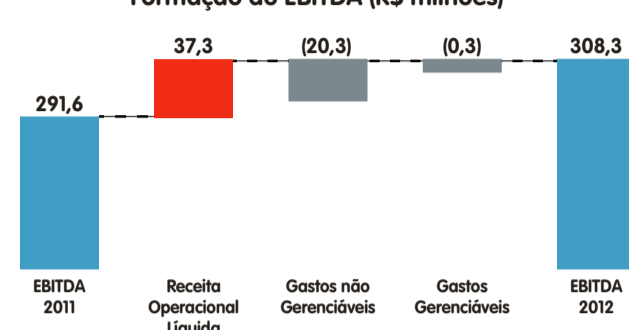
2.3. EBITDA

Em 2012, o EBITDA atingiu R\$ 308,3 milhões, aumento de 6% em relação ao ano passado, principalmente em decorrência do aumento da Receita Operacional Líquida.

EBITDA (R\$ milhões) e Margem EBITDA (%)



Formação do EBITDA (R\$ milhões)



2.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro líquido em 2012 foi negativo, totalizando R\$ 51,9 milhões, 19% inferior a 2011.

O Resultado Financeiro foi composto por:

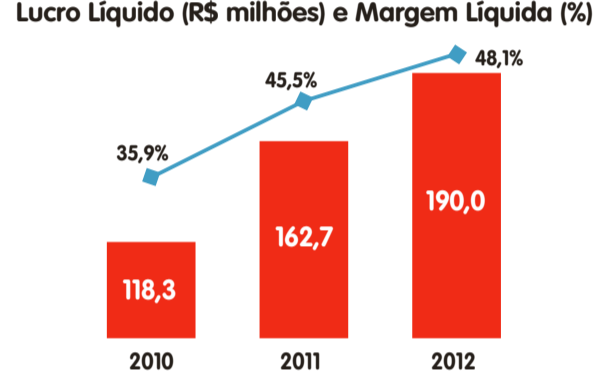
- Receita Financeira em 2012 R\$ 16,3 milhões, 0,5% abaixo em relação a 2011;
- Despesa Financeira em 2012 R\$ 68,2 milhões, 15% abaixo em relação a 2011.

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2011	2012	Δ	Δ%
Receita Financeira	16.421	16.343	(78)	-
• Rendas	16.079	15.783	(296)	-2%
• Outras Receitas	342	560	218	64%
Despesas Financeiras	(80.255)	(68.237)	12.018	-15%
• Encargos de dívidas	(53.087)	(40.861)	12.226	-23%
• Variações Monetárias Moeda Nacional	(153)	32	185	-121%
• Atualização Monetária UBP	(27.730)	(27.004)	726	-3%
• Ajustes a Valor Presente	1.719	446	(1.273)	-74%
• Outras Despesas Financeiras	(1.004)	(850)	154	-15%
Total	(63.834)	(51.894)	11.940	-19%

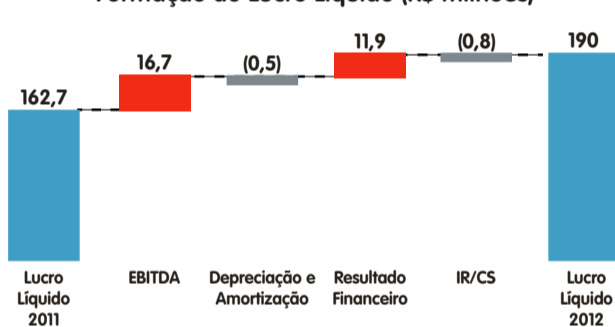
2.5. Lucro Líquido

O Lucro Líquido do exercício de 2012 totalizou R\$ 190 milhões, 17% superior ao exercício de 2011. Além dos efeitos demonstrados no EBITDA, o lucro também foi impactado pelos efeitos do Resultado Financeiro e pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.

Lucro Líquido (R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



Formação do Lucro Líquido (R\$ milhões)



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	207.089	178.997
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	152	
Depreciações e amortizações	51.497	50.865
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	186	
Despesas pagas antecipadamente	774	454
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	40.790	53.037
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	26.558	26.011
Provisão e atualização monetária para contingências		580
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	(32)	153
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	19.451	17.491
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(3.694)	(5.351)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(404)	(231)
	342.367	322.006

(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	34	(2.213)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(3.489)	(3.080)
Estoques	45	(56)
Cauções e depósitos vinculados	(4.848)	18.276
Despesas pagas antecipadamente	(744)	(435)
Outros ativos operacionais	(745)	(2.465)
	(9.747)	10.027

Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	16.728	(4.685)
Outros tributos e contribuições sociais	(678)	121
Obrigações estimadas com pessoal	410	23
Encargos regulamentares e setoriais	(18.732)	(15.552)
Provisões	(874)	(2.118)
Outros passivos operacionais	21	
	(3.125)	(22.211)

Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	329.495	309.822
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.332)	(20.662)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	310.163	289.760

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Contexto operacional
 Constituída em 2 de maio de 2001, a Enerpeixe S.A. ("Companhia" ou "Enerpeixe"), Companhia de capital fechado, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Açodado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001. A Usina tem potência instalada de 498,75 MW com a implantação das três turbinas, sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006, tendo como energia assegurada 280,5 MW, conforme a Portaria nº 11 do MME de 19 de maio de 2011.

A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão.

1.1 Contrato de Concessão
 A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, a contar a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo do Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplimento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com a Agência de Administração Pública, referentes à exploração de energia elétrica.

No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do GCOI (Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica) em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL. A qualquer tempo, para atender o interesse público e na forma da legislação em vigor, o Poder Concedente poderá promover a encampação, mediante indenização prévia, dos bens ainda não depreciados, que tenham sido adquiridos pelo Poder Concedente. A determinação do valor da indenização será realizada por auditoria do Poder Concedente. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os investimentos realizados pela Concessionária durante a vigência do Contrato, ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.

1.2 Lei nº 12.783 (Conversão da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783, que renova determinadas concessões de energia elétrica. O processo foi descontinuado pela publicação da MP 579 iniciado em 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modalidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial entende que não sofrerá impactos significativos a curto prazo.

Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada pela Administração em 25 de fevereiro de 2013, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.639/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.1.2 Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e os investimentos de curto prazo e de liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se à venda de energia conforme contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio ponderado, exceto quando excedendo ao valor de mercado. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

d) Imobilizado (Nota 10)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens relativos à concessão, quando destinados à alienação, desde que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

f) Ativo intangível (Nota 11)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

• Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

g) Licenças ambientais (Notas 11 e 17)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

h) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

i) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Fornecedores (Nota 12)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica, de encargos de uso da rede elétrica e negociação de compra na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 13)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

l) Provisões (Nota 17)

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

m) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 24)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

o) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui plano de benefícios a empregados do tipo Contribuição definida. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

p) Uso do bem público (Nota 15)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

q) Capital social (Nota 19)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

r) Dividendos (Nota 20)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

s) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

t) Reconhecimento de receita

• **Receita operacional**
 A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento dos contratos de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

• **Receitas e despesas financeiras**
 As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, juros sobre créditos fiscais recuperáveis e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

u) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente convertíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

v) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, civis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

w) Instrumentos financeiros (Nota 25)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

x) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

2.3.1 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras.

O IASB ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data da sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretendo fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

2.3.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, alterada em outubro de 2010 e com vigência a partir de 2015, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo desta norma está relacionado com a classificação e mensuração de passivos financeiros, e refere-se à contabilização através do resultado das variações no valor justo de um passivo financeiro, atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. O registro anteriormente previsto pela IAS 39/CPC 38, seria o reconhecimento no resultado do total da variação no valor justo do passivo financeiro (classificado ao valor justo através do resultado).

Para esses passivos financeiros, a norma ajustou para que o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo seja reconhecido em Outros Resultados Abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em aumento ou descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado.

A Administração da Companhia entende que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações financeiras trará um efeito relevante sobre os saldos reportados, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

IFRS 13 - Mensuração do valor justo

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidas para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo.

A Administração da Companhia entende que a adoção dessa norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

2.3.3 Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no ano de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013

CPC 46 Mensuração do valor justo (IFRS 13)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 13.

A Administração espera que a adoção dessa norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

2.3.4 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidênciação (IFRS 7)

A adoção de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativos a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade.

Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

5 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Ativo - compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social PIS e COFINS	2.460	3	404	7.894	(7.894)	2.864
IRRF sobre aplicações financeiras				3.486	(3.486)	3
Total	2.460	3	404	11.380	(11.380)	2.867
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social ICMS sobre diferencial de alíquota	11.739	22.289		(11.438)	(11.380)	11.211
ICMS	97	101		(185)		13
ICMS sobre diferencial de alíquota		4		(4)		
PIS e COFINS	2.879	33.614		(34.260)		2.233
ISS	28	366		(365)		29
PIS, COFINS e CSLL - sobre serviços prestados por terceiros	195	619		(642)		172
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	8	176		(176)		2
IRRF sobre juros s/capital próprio	7.800	11.115		(7.800)		11.115
Outros	18	2.272		(2.177)		113
Total	22.764	70.537		(57.047)	(11.380)	24.874

5.1 IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 20). No exercício de 2012 foi retido o montante de R\$ 11.115.

6 Impostos e contribuições sociais diferidos

Base de cálculo	Ativo não circulante			Total	Resultado
	31/12/2012	31/12/2011	2012 IR/CS		
	IR	CS	Total	Total	
Diferença temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	836	209	75	284	284
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	580	145	52	197	197
Total diferenças temporárias	354	127	127	481	481
Diferenças temporárias - RTT					
Licenças ambientais - CPC 25	(1.365)	(341)	(123)	(464)	(312)
Uso do bem público - CPC 25	101.848	25.462	9.167	34.629	5.330
Total diferenças temporárias - RTT	25.121	9.044	34.165	28.987	5.183
Total Ativos/Passivos Diferidos	25.475	9.171	34.446	29.468	5.178

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 a 2020	2021 a 2022	Realização após 2022	Não circulante
	890	1.354	1.354	1.354	1.354	4.062	2.708	21.57	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

De acordo com a Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovação pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado em serviço						
Terrenos	13.023					13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	767.173		1.258	(17.144)		751.287
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.234			(5.429)	(166)	224.639
Máquinas e equipamentos	627.220		854	(23.210)		604.864
Veículos	466		106	(126)	(2)	444
Móveis e utensílios	890		86	(112)	(18)	846
Total do imobilizado em serviço	1.639.006	-	2.304	(46.021)	(186)	1.595.103
Imobilizado em curso	24.801	3.306	(2.304)			25.803
Total do imobilizado	1.663.807	3.306	-	(46.021)	(186)	1.620.906

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização ou de que não seja recuperável por meio dos resultados obtidos de sua realização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

11

	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	714	(483)	231	19,99	594	(437)	157
Servidão permanente		268		268		268		268
Direito de concessão - Licenças ambientais	16,67	2.747	(1.297)	1.450	16,67	2.747	(839)	1.908
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,28	151.423	(32.684)	118.739	3,28	151.423	(27.720)	123.703
		155.152	(34.464)	120.688		155.032	(28.996)	126.036
Administração								
Software	20,00	198	(196)	2	20,00	198	(189)	9
		198	(196)	2		198	(189)	9
Total do Intangível em Serviço		155.350	(34.660)	120.690		155.230	(29.185)	126.045
Intangível em curso		69		69		34		34
Total Intangível		155.419	(34.660)	120.759		155.264	(29.185)	126.079

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Transferência para Intangível em serviço	Amortização	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço					
Software	166		121	(53)	234
Servidão permanente	268				268
Direito de concessão - Licenças ambientais	1.908			(458)	1.450
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	123.703			(4.965)	118.738
Intangível em curso	34	156	(121)		69
Total Intangível	126.079	156	-	(5.476)	120.759

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

12 Fornecedores

	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	130	133
Encargos de uso da rede elétrica	3.708	3.750
Operações CCEE	16.873	
Materiais e serviços	1.082	1.182
Total	21.793	5.065

13

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
13.1 Composição dos empréstimos

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012		31/12/2011	
									Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	335.000	21/05/2004	335.000	17/03/2008 a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	677	56.454	117.611	174.742
Banco Itaú	100.500	21/05/2004	100.500	17/03/2008 a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	206	17.220	35.875	53.301
Bradesco	83.750	21/05/2004	83.750	17/03/2008 a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	172	14.350	29.896	44.418
Unibanco	67.000	21/05/2004	67.000	17/03/2008 a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	138	11.480	23.917	35.535
Banco do Brasil	83.750	21/05/2004	83.750	17/03/2008 a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	172	14.350	29.896	44.418
									1.365	113.854	237.195	352.414

(1) Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical
(2) i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos.

a) Vencimentos das parcelas de curto e longo prazo (principal e encargos):

	Valor líquido em 31/12/2011	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Circulante	Não circulante	Total
Circulante											
2013	115.219										115.219
Não Circulante											
2014	113.854										113.854
2015	113.854										113.854
2016	9.487										9.487
Total	352.414										352.414

b) Garantias e obrigações:
 • Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil S.A.;
 • Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:
 - Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT; e
 - As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs.
 • Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização de juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização;
 • Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas;
 • Em 31 de dezembro de 2012, as cláusulas restritivas desses contratos de financiamentos encontram-se em pleno atendimento.
 c) Mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante	115.922	(113.854)	(41.492)	40.790	113.853	115.219
Empréstimos e Financiamentos	115.922	(113.854)	(41.492)	40.790	113.853	115.219
Não circulante	351.048	-	-	-	(113.853)	237.195
Empréstimos e Financiamentos	351.048	-	-	-	(113.853)	237.195

14 Encargos regulatários e setoriais:

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Baixa	Saldo em 31/12/2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.658	14.443		(14.138)		2.963
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.875	3.952	45	(2.359)	(1.231)	9.282
Taxa de fiscalização - ANEEL	78	1.011		(1.004)		85
Total	11.611	19.406	45	(17.501)	(1.231)	12.330
Circulante	11.611					12.330
Total	11.611	-	-	-	-	12.330

14.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D
 Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa.

15 Uso do bem público
 A Companhia, como retribuição pela outorga concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Peixe Angical, pagará ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão e enquanto estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato de concessão, atualizado anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro.
 De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11) no momento inicial do reconhecimento.
 Este Intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente à realização do pagamento. Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente a uma taxa de desconto de 6% ao ano.
 Segue abaixo movimentação do exercício:

	Circulante	Não circulante
Principal	16.550	193.325
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(446)	(446)
Ajuste a valor presente		27.004
Encargos e atualizações monetárias		
Amortizações	(15.846)	
Transferência para o circulante	17.355	(17.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	18.059	202.528

16 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	751	256
INSS e FGTS	169	254
Total	920	510

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

	Circulante	Não circulante
Provisões trabalhistas	580	580
Licenças ambientais	85	529
Total	665	1.109

17.1 Provisões trabalhistas
 17.1.1 Risco de perda provável
 A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.
 A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso.
 17.1.2 Risco de perda possível em ações cíveis, trabalhistas e administrativas
 A Companhia possui processos de natureza trabalhista e cível em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Ativo	
	Depósito judicial (Nota 9)	
	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	12	
Cíveis	296	296
Administrativas	3.741	3.741
Total	4.037	4.049

17.1.3 Risco de perda remota
 Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cível em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 é de R\$21 (R\$21 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 9).

17.2 Licenças ambientais
 O montante de R\$85 em 31 de dezembro de 2012 (R\$991 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Peixe Angical, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.
 18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões: Contribuição definida
 A partir do dia 03 de fevereiro de 2010, com a publicação da portaria PPREVIC nº 40, a Companhia passou a patrocinar a EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A. A implantação ocorreu em Março de 2010.
 Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$ 170.
 Esse plano tem a adesão de 38 colaboradores.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social
 A composição do capital social em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2011:

	Quantidade de ações	% Participação	Capital social
EDP Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60%	529.577
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.836	40%	353.051
Total	833.252.089	100%	882.628

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

19.2 Reservas

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de capital		
Incentivos fiscais	18.546	18.546
Reservas de lucros		
Reserva legal	40.777	31.278
Retenção de lucros	242.802	284.223
Incentivos fiscais	124.376	96.578
Total	407.955	412.079

19.2.1 Reservas de incentivos fiscais
 A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente a redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluída da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

19.2.2 Reserva de retenção de lucros
 Os saldos remanescentes de lucros após dividendos são destinados à constituição de Reserva de Lucros ou Investimentos, em consonância com o Estatuto Social e as garantias estabelecidas no contrato de financiamento com o BNDES.

20 Dividendos

	31/12/2012	31/12/2011
EDP - Energias do Brasil S.A.	37.791	26.520
Furnas Centrais Elétricas S.A.	25.194	17.680
Total	62.985	44.200

20.1 Remuneração aos acionistas

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	189.977	189.977
Constituição da Reserva de Incentivo fiscal - ADA	(27.799)	(27.799)
Constituição da Reserva Legal - 5%	(9.499)	(9.499)
Lucro a distribuir	152.679	152.679
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	38.170	38.170

Remuneração proposta:
 Dividendos - JSCP *
 Reserva de lucros - dividendo adicional proposto
Remuneração líquida
Dividendos - JSCP brutos por ação ordinária (R\$)
 *Juros sobre capital próprio aprovado em Reunião do Conselho de Administração, de 18 de dezembro de 201

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.1 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofícios-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

25.2 Valor justo

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para a apuração de valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, esta situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados, fornecedores, empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros Circulante				
Concessionárias	47.907	48.093	47.907	48.093
Cauções e depósitos vinculados	53.811	45.216	53.811	45.216
	101.718	93.309	101.718	93.309
Passivos financeiros Circulante				
Fornecedores	21.793	5.065	21.793	5.065
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	115.219	115.922	115.219	115.922
Uso do bem público	18.059	16.550	18.059	16.550
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	237.195	351.048	237.195	351.048
Partes relacionadas	637	637	637	637
Uso do bem público	202.528	193.325	202.528	193.325
	595.431	682.547	595.431	682.547

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda, e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

Classificação dos instrumentos financeiros:

31/12/2012				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		118.623		118.623
Concessionárias	47.907			47.907
Cauções e depósitos vinculados			53.811	53.811
	47.907	118.623	53.811	220.341
Outros ao custo amortizado		Total		
Fornecedores		21.793		21.793
Empréstimos e financiamentos		352.414		352.414
Uso do bem público		220.587		220.587
		594.794		594.794
31/12/2011				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		155.114		155.114
Concessionárias	48.093			48.093
Cauções e depósitos vinculados			45.269	45.269
	48.093	155.114	45.269	248.476
Outros ao custo amortizado		Total		
Fornecedores		5.065		5.065
Empréstimos e financiamentos		466.970		466.970
Uso do bem público		209.875		209.875
		681.910		681.910

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
 - (b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
 - (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.
- A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas, os créditos para a comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	118.623	13.926	104.697

25.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 13, possuem como contraparte o BNDES e Agentes Financeiros (Banco do Brasil S/A, Banco Itaú S/A, Banco Bradesco S/A e Unibanco S/A). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um risco de mercado associado somente a TJLP.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infra-estrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otávio Assis Henriques Presidente	José Marcio Peralta Conselheiro	Marcus Vinícius Vaz Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa Conselheiro
--	---	---	---	---

DIRETORIA EXECUTIVA

Julio Galvão de Araújo Junior Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro	Carlos Nadalutti Filho Diretor de Operação	Cesare Barghetti Junior Gerente Administrativo e Financeiro	Leonardo Nery dos Santos Contador CRC1SP261342/O-2
--	--	---	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Enerpeixe S.A.

São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com

25.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável sendo o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)

Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%
Ativos financeiros								
Aplicações Financeiras	CDI	(49)		(49)	718	1.432	(738)	(1.487)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	(54)	982	928	3.186	6.320	(3.239)	(6.535)
Instrumentos financeiros ativos				879	3.904	7.752	(3.977)	(8.022)
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP		(791)	(791)	7.133	14.184	(7.216)	(14.518)
Instrumentos financeiros passivos				(791)	7.133	14.184	(7.216)	(14.518)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,25% e 8,70% e TJLP entre 5,00% e 5,50%.

25.4 Risco de liquidez

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 13. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionárias (Nota 4) e Cauções e depósitos vinculados (Nota 9). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

25.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não elutua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

	Nota	31/12/2012			
		Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	13	352.414	115.219	227.708	9.487
Responsabilidades com locações operacionais		3.151	1.387	1.569	195
Uso do bem público	15	220.587	18.059	30.270	26.940
Licenças ambientais	17	85	85		
		576.237	134.750	259.547	36.622
					145.318

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o curso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

26.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Depósito Cauconado	53.758	45.216		
Fiança Bancária	6.241	6.085		
Fiança Corporativa	352.414	466.970		
Penhor de Ações	529.577	529.577		
Penhor de Direitos	352.414	466.970		
	1.294.404	1.514.818		

Depósito cauconado: É um depósito em dinheiro oferecido como garantia das dívidas que possam vir a existir em relação ao empréstimo e financiamento.

O saldo do Depósito cauconado, em sua totalidade, refere-se à garantia de empréstimo e financiamento, bem como, das garantias da CCEE.

Fiança bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF. O saldo de Fiança bancária, em sua totalidade, refere-se à locação de imóvel e contratos da ONS.

Fiança corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia, representando por 60% (sessenta por cento) do capital social da beneficiária, de propriedade da EDP - Energias do Brasil S.A..

Penhor de direitos: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

Subestações	2012
Usinas	18.700
Responsabilidade civil	954.262
	10.000

28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 4.451, sendo R\$ 2.547 relativos à terrenos, serviço de apoio e desenvolvimento social, e R\$ 1.904 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento e Controle Ambiental e proteção de biodiversidade e da paisagem.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian

Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3